

Estado da publicação: O preprint não foi publicado em outro meio.

# Será que acolher, de fato, significa proteger? Por dentro de uma instituição de acolhimento infantojuvenil situada no agreste de Pernambuco

Charles Gomes Soares, Thaíse Rocha Leandro Gurgel, João Ricard Pereira da Silva

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.15539>

Submetido em: 2026-03-22

Postado em: 2026-04-13 (versão 1)

(AAAA-MM-DD)

**SERÁ QUE ACOLHER, DE FATO, SIGNIFICA PROTEGER?  
POR DENTRO DE UMA INSTITUIÇÃO DE ACOLHIMENTO  
INFANTOJUVENIL SITUADA NO AGRESTE DE PERNAMBUCO.**

**DOES WELCOMING, IN FACT, MEAN PROTECTING? INSIDE A  
CHILDREN'S  
AND YOUTH SHELTER LOCATED IN THE COUNTRYSIDE OF  
PERNAMBUCO**

Me. Charles Gomes Soares

<https://orcid.org/0000-0001-7980-9803>

Esp. Thaíse Rocha Leandro Gurgel

<https://orcid.org/0009-0002-9986-8178>

Dr. João Ricard Pereira da Silva

<https://orcid.org/0009-0008-7799-8629>

Universidade de Pernambuco, Garanhuns/PE, Brasil

## RESUMO

O presente artigo analisa a realidade de uma instituição de acolhimento infantojuvenil no Agreste de Pernambuco, questionando se a medida cumpre, de fato, sua função protetiva. O objetivo foi dialogar com a equipe técnica da instituição para identificar fatores potencializadores de sofrimento e propor estratégias de intervenção. A metodologia pautou-se na pesquisa-ação, utilizando entrevistas semiestruturadas e oficinas de dinâmica de grupo como instrumentos de coleta. A análise dos dados foi fundamentada na Análise de Conteúdo de Laurence Bardin. Os resultados revelaram um cenário de invisibilidade social, superlotação, precariedade das condições de trabalho, falta de insumos básicos e ausência de suporte em saúde mental para os acolhidos. Além disso, evidenciou-se a falha na municipalização do atendimento e desafios como a gravidez na adolescência e episódios de violência. As considerações finais reforçam que o acolhimento pode intensificar o sofrimento quando as instituições reproduzem violações de direitos, tornando urgente a ampliação do debate público e o fortalecimento da rede de proteção integral.

**Palavras-chave:** Acolhimento institucional; Crianças e adolescentes; Pesquisa-ação; Equipe técnica; Direitos humanos.

## ABSTRACT

The present article analyzes the reality of a child and adolescent care institution in the Agreste region of Pernambuco, questioning whether the measure effectively fulfills its protective function. The objective was to engage in dialogue with the institution's technical team to identify factors that increase suffering and propose intervention strategies. The methodology was based on action-research, using semi-structured interviews and group dynamics

workshops as collection instruments. Data analysis was grounded in Laurence Bardin's Content Analysis. Results revealed a scenario of social invisibility, overcrowding, precarious working conditions, lack of basic supplies, and an absence of mental health support for those in care. Furthermore, the failure of municipal care services and challenges such as teenage pregnancy and episodes of violence were highlighted. The final considerations reinforce that institutional care can intensify suffering when institutions reproduce rights violations, making it urgent to expand public debate and strengthen the comprehensive protection network.

**Keywords:** Institutional care; Children and adolescents; Action research; Technical team; Human rights.

## INTRODUÇÃO

Ao nos debruçarmos sobre o processo de acolhimento, uma medida de caráter provisório e excepcional apenas utilizada quando não há possibilidade de permanência da criança/adolescente na família de origem, constatamos a perturbadora e inquietante invisibilidade social com a qual essa questão tem sido tratada.

Para desenvolvermos nossa pesquisa, dialogamos com a equipe técnica de uma instituição de acolhimento infantojuvenil situada no Agreste de Pernambuco que, por atender crianças/adolescentes provenientes de qualquer Cidade do Estado, convive com uma série de problemas que vão desde a superlotação até a ausência de condições mínimas de trabalho.

Tendo como objetivo geral dialogar com os treze profissionais que compõem a equipe técnica da referida instituição de acolhimento com o intuito de identificar as temáticas apontadas como potencializadoras de sofrimento e suas possíveis soluções; a pesquisa utilizou como instrumento as entrevistas semi-estruturadas com questões abertas e as oficinas de dinâmica de grupo.

Utilizando-se da pesquisa-ação como metodologia a ser empregada, tendo em vista o dinamismo e abertura que possibilita a tomada de distintos rumos em função das demandas com as quais se depara, o trabalho realizado possibilitou o envolvimento direto dos representantes da referida instituição em todas as etapas do processo, com suas necessidades, anseios, valores e saberes.

Através da interação contínua com os profissionais que compõem a equipe técnica, foi possível não apenas identificar as principais problemáticas

vivenciadas no espaço do acolhimento, como também pensar em ações voltadas para as temáticas apontadas como potencializadoras de sofrimento acarretado por esse processo.

Dito isto, participaram, inicialmente da pesquisa, dez profissionais que, após receberem as devidas explicações e assinarem os termos de anuência, aceitaram fazer parte da mesma. Cabe destacar que destes, apenas sete compareceram aos momentos de construção das oficinas de dinâmica de grupo, tendo em vista que afastamentos acarretados pela COVID 19 e o gozo de férias impossibilitaram a presença de todos os integrantes da equipe.

## **METODOLOGIA**

A pesquisa-ação foi a metodologia empregada, durante o trabalho realizado junto a equipe técnica de uma instituição de acolhimento situada no Agreste de Pernambuco, por possibilitar o envolvimento direto dos representantes da referida instituição em todas as etapas desse processo.

## **POPULAÇÃO E SUJEITOS DA PESQUISA**

A presente pesquisa foi realizada junto à equipe técnica de uma instituição de acolhimento infantojuvenil situada no agreste de Pernambuco que, por acolher crianças e adolescentes oriundos de qualquer cidade do Estado de Pernambuco, convive constantemente com os problemas acarretados pela superlotação, ausência de condições mínimas de trabalho e profissionais.

Ademais, por ter uma abrangência estadual, a equipe técnica da referida instituição, já insuficiente para atender todas as suas atribuições, necessita realizar longas viagens para a cidade de origem dos acolhidos, fato que prejudica o trabalho de fortalecimento dos vínculos familiares e o retorno ao convívio familiar de origem.

Para iniciar a presente pesquisa foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com sete dos treze profissionais que compõem a equipe técnica da referida instituição, (duas Coordenadoras, três assistentes sociais, três pedagogas, três psicólogas e dois advogados); a respeito dos desafios vivenciados em suas práxis e as possíveis intervenções que poderiam ser realizadas para minimizar o sofrimento acarretado pelo processo de acolhimento institucional junto às crianças/adolescentes acolhidos.

Na segunda etapa foram realizadas três Oficinas de Dinâmica de Grupo (ocorridas nos dias 29/12/2021, 12/01/2022 e 09/02/2022) a respeito das temáticas apontadas pelos referidos profissionais como potencializadoras de sofrimento acarretado pelo processo de acolhimento de crianças/adolescentes.

## **TÉCNICAS E INSTRUMENTOS DA PESQUISA**

A entrevista utilizada neste estudo foi a semi-estruturada com questões abertas. O objetivo da entrevista foi analisar os desafios vivenciados pelos profissionais que compõem a equipe técnica de uma Instituição de Acolhimento infantojuvenil situada no Agreste de Pernambuco no desempenho das suas funções e as possíveis intervenções que poderiam ser realizadas para minimizar o sofrimento acarretado pelo processo de acolhimento institucional junto às crianças/adolescentes acolhidos.

Sobre esta modalidade de entrevista, Triviños (2008) destaca que concomitante à valorização da presença do investigador, a entrevista semi-estruturada possibilita que o entrevistado tenha a liberdade e a espontaneidade necessárias para responder às questões. Ademais, o referido autor pontua que:

Antes de iniciar a entrevista, o investigador deve estar plenamente convencido da necessidade de desenvolver, no desenrolar dela, todos os elementos humanos que permitam um clima de simpatia, de confiança, de lealdade, de harmonia entre ele e o entrevistado. Isto é essencial para atingir a máxima profundidade no espírito do informante sobre o fenômeno que se estuda. (p. 148).

Seguindo este viés, nos engajamos na criação de um ambiente de confiança e total transparência entre o entrevistador e os entrevistados para o melhor desenvolvimento do trabalho. Com a utilização das entrevistas semi-estruturada, obtivemos não só uma maior coleta de dados, como também nos aproximamos intimamente do objeto da pesquisa e dos sujeitos entrevistados.

Ainda sobre os instrumentos utilizados no decorrer da presente pesquisa, também empregamos a Oficina de Dinâmica de Grupo, um importantíssimo recurso metodológico na perspectiva psicossocial. Levando em consideração o trabalho desenvolvido por Kurt Lewin a respeito da pesquisa-ação, Afonso (2010) destaca que:

A Oficina é um trabalho estruturado com grupos, independentemente do número de encontros, sendo focalizado em torno de uma questão central que o grupo se propõe a elaborar, em um contexto social". A elaboração que se busca na Oficina não se restringe a uma reflexão racional, mas envolve os sujeitos de maneira integral, formas de pensar, sentir e agir. (p.09)

Contribuindo para este debate, Abade e Yuska (2009), acrescentam que por caracterizar-se num trabalho em que os aspectos subjetivos e sociais que compreendem a complexidade humana encontram-se presentes, as Oficinas de Dinâmica de Grupo têm sido difundidas em diversos contextos, articuladas ou não a uma proposta de pesquisa.

Citando a proposta de trabalho desenvolvida por Kurt Lewin; Osorio (1986), salienta que os fenômenos grupais só poderiam ser devidamente analisados pelo observador que participasse da vivência grupal, tendo em vista que ao inserir-se no grupo, o observador o modifica sem, no entanto, invalidar a proposta da pesquisa.

Tendo uma dimensão ou potencialidade terapêutica, uma vez que facilita o insight e a devida elaboração a respeito das questões subjetivas, interpessoais e sociais, a Oficina como intervenção psicossocial também apresenta uma “dimensão ou potencialidade pedagógica, na medida em que deslança um processo de aprendizagem, a partir da reflexão sobre a experiência. Possibilita uma elaboração do conhecimento desenvolvido sobre o mundo e do sujeito”. (AFONSO, 2006, p. 34).

## **A ANÁLISE DE CONTEÚDO NA PRESENTE PESQUISA AÇÃO**

Constituindo-se em uma das técnicas de tratamento de dados disponíveis para pesquisas qualitativas, empregamos neste trabalho a proposta apresentada pela professora da Universidade de Paris V, Laurence Bardin (2011).

Possibilitando a organização das informações obtidas com vistas a construção de estratégias que possam minimizar o sofrimento vivenciado por crianças/adolescentes acolhidos junto a uma Instituição de Acolhimento infantojuvenil situada no Agreste de Pernambuco, a análise do conteúdo esteve presente durante todo o período da pesquisa.

Considerada uma técnica refinada, a análise do conteúdo requer intensa dedicação por parte do pesquisador que deverá valer-se da intuição, imaginação e criatividade para analisar as informações obtidas. (Freitas, Cunha, & Moscarola, 1997). Para Bardin, a análise de conteúdo pode ser definida como:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando a obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (p. 47).

Corroborando com este posicionamento, Franco (2005), ressalta que a análise do conteúdo consiste num procedimento de pesquisa que encontra-se num delineamento mais amplo da teoria da comunicação, tendo como ponto inicial a mensagem que permite ao pesquisador realizar inferências sobre os elementos presentes na comunicação.

Baseando-se na perspectiva de Bardin; Godoy (1995), expõe que a análise de conteúdo refere-se a uma técnica metodológica aplicável não apenas nos mais diversos discursos, como também a todas as formas de comunicação, independente da natureza do seu suporte. Para Minayo (2001), por possibilitar uma variada aplicação, a análise de conteúdo possui como funções a verificação das questões e o desvendamento do que encontra-se por trás dos conteúdos.

Segundo Bardin (2011), três são as fases fundamentais presentes na análise de conteúdo, a pré-análise (tida como fase de organização e constituindo-se como base para as demais, estabelece um esquema de trabalho preciso com procedimentos bem estabelecidos); a exploração do

material (onde a análise é empregada com base nas diretrizes formuladas pelo pesquisador), e o tratamento dos resultados - a inferência e a interpretação (etapa em que o pesquisador trabalhará com os resultados obtidos a fim e torná-los significativos e válidos).

Possibilitando uma visão detalhada de todo o material obtido no decorrer no projeto, a análise do conteúdo nos permitiu não apenas analisar os conteúdos manifestos durante as entrevistas e oficinas, como também decodificar os objetivos iniciais da pesquisa. Inicialmente, procedemos com a fase de organização dos documentos a serem analisados. Por meio da leitura flutuante, proposta por Bardin (2011), estabelecemos o primeiro contato com as informações contidas nas entrevistas semi-estruturadas com o intuito de analisá-las.

Ainda sobre as entrevistas, destacamos que elas foram lidas e analisadas e toda a sua reunião constituiu o corpus da pesquisa com base nas regras propostas por Bardin (2011). A exaustividade (onde a totalidade da comunicação foi esgotada sem nenhuma omissão), homogeneidade (em que os dados referiam-se ao mesmo tema), pertinência (adaptação dos documentos ao conteúdo e objetivo da pesquisa) e exclusividade (nenhum elemento foi classificado em mais de uma categoria).

Ao partirmos para a exploração do material, tida por Bardin (2011) como a segunda fase, buscou-se a organização dos dados de forma a possibilitar a melhor análise do que foi obtido durante as entrevistas semi-estruturadas e oficinas. Cabe salientar que embora a precariedade das instalações da instituição de acolhimento e a ausência de condições de trabalho tenham sido temas recorrentes, outros que não estavam presentes, caso da ausência de

cuidados dos municípios com suas crianças, foram enfatizados nos encontros com a equipe técnica.

Por fim, a terceira fase do processo de análise do conteúdo, denominada tratamento dos resultados – a inferência e a interpretação, nos permitiu trabalhar com os resultados obtidos durante a pesquisa realizada a fim de torná-los significativos e válidos.

## **DEVOLUÇÃO DOS DADOS PARA OS SUJEITOS DA PESQUISA**

Para os participantes da pesquisa, o retorno ocorrerá através da realização de uma reunião para divulgação dos dados obtidos e das intervenções sugeridas. Além disso, pretende-se apresentar os resultados ao juízo da Vara Regional da Infância e da Juventude de Garanhuns-PE e no encontro anual das Equipes Interprofissionais do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco.

Constituindo-se num instrumento que possa contribuir para a melhoria do espaço destinado ao acolhimento de crianças e adolescentes, a presente pesquisa encontra-se comprometida com o respeito à privacidade dos profissionais e a não divulgação de qualquer informação que possa levar à identificação dos mesmos.

## **DISCUSSÃO**

### **APRESENTAÇÃO DO PROJETO E PRIMEIRA OFICINA**

Ao apresentar o presente projeto de pesquisa no dia 29/12/2021, optou-se pela quarta-feira, dia previamente informado pela coordenação da

instituição como o momento em que todos os profissionais que compõem a Equipe Técnica encontram-se presentes e necessitam dividir a pequena sala reservada para os mesmos.

Inseridos num espaço com dimensões aproximadas de 2,00 x 3,00m, (segundo os sete profissionais presentes e composta por uma pequena mesa, dois computadores e uma impressora), destinado não apenas para elaboração dos relatórios e petições judiciais, como também para o atendimento individualizado dos acolhidos; a equipe técnica empreende um enorme esforço para desempenhar minimamente suas funções. Como apontado por uma profissional:

Nosso primeiro desafio do dia é esse, conseguir achar um lugar para se acomodar e trabalhar numa casa que está sempre superlotada. Os acolhidos precisam ser atendidos em lugares dignos e não há espaço. Todos nós dividimos essa sala e só tem ela, às vezes a gente precisa pedir para o colega sair da sala para atender ou arrumar um canto nessa casa lotada para tentar falar com a criança ou adolescente de forma individualizada. (Profissional da equipe técnica).

Sendo um ponto continuamente enfatizado pelos presentes, a ausência de condições adequadas de trabalho e a superlotação foram temas recorrentes durante este primeiro contato. De acordo com uma profissional, é praticamente impossível trabalhar num espaço tão pequeno. Ademais, outros profissionais destacaram que constantemente os atendimentos e reuniões necessitam ser interrompidas para atender os acolhidos e educadores.

Como você está presenciando, a todo instante chega um acolhido ou um educador com alguma demanda o que faz com que a gente interrompa o que estiver fazendo para atender. É muito difícil trabalhar assim nesse barulho e sendo interrompidos a todo instante. (Profissional da equipe técnica).

Segundo um profissional, a falta de materiais básicos como pastas, folhas e canetas também consiste num empecilho para o desempenho das funções. Corroborando com esse posicionamento, outra profissional destacou não terem sido raras as ocasiões em que tiveram que comprar materiais com o próprio dinheiro. “Tem momentos que ou fazemos uma vaquinha para comprar as coisas ou não trabalhamos”. (Profissional da equipe técnica).

Cabe destacar que devido as contínuas interrupções, para atendimento aos acolhidos e educadores sociais que a todo momento batiam à porta necessitando de algum tipo de auxílio, os profissionais tiveram dificuldades para expor a opinião ou completar o raciocínio durante os 60 minutos em que estivemos juntos.

Assim, diante deste cenário, optamos por realizar o segundo e o terceiro encontro na sala de trabalho da equipe interprofissional da Vara Regional da Infância e da Juventude de Garanhuns-PE, espaço em que poderíamos dialogar sem maiores interrupções.

## **MOMENTO DA SEGUNDA OFICINA**

No decorrer da segunda oficina, realizada no dia 12/01/2022 e com duração de 1h30min, que abordou os principais pontos trazidos pelos profissionais durante as entrevistas semi-estruturadas e contou com a presença de sete integrantes da equipe técnica da referida instituição de acolhimento, uma participante destacou que o simples fato de discutir essas questões representa um sinal de esperança para uma equipe emocionalmente esgotada e ignorada pelas autoridades competentes.

Esse teu projeto representa uma luz no fim do túnel, estamos esgotados e nossa voz não é devidamente ouvida. Parece que o Sistema Socioeducativo recebe mais atenção que a gente. Me diz como é que se trabalha e cuida minimamente dos meninos nessas condições? A casa sempre está, num mínimo, com o dobro da capacidade de acolhidos e na sala que a gente trabalha sequer há cadeiras para todos, ficamos imprensados tentando fazer o que é possível. Chega bate um desespero, desgastante bater na mesma tecla e não ser ouvidos. (Profissional da equipe técnica).

Corroborando com o posicionamento trazido pela colega, outra profissional destacou que embora a Gerência de Proteção Social Especial de Alta Complexidade tenha consciência das problemáticas vivenciadas, pouco tem sido feito. “ A gente sabe que a Gerência é limitada também, eles recebem nossas solicitações, mas não conseguem nos atender. O que nos resta é sair pedindo o básico feito mendigos para as pessoas parceiras”.

Recebendo apoio imediato dos demais, outra profissional destacou que até o berçário destinado para os bebês foi construído por um parceiro, bem como guarda-roupas instalados no espaço. “Não fosse esse parceiro não haveria nada para os bebês, até campanha do papel higiênico já fizemos e vaquinhas para comprar remédios para os meninos”. De acordo com outra profissional, é comum não existir também a entrega de material escolar para os acolhidos, bem como material de escritório que muitas vezes é comprado pela própria equipe.

Dando continuidade às discussões, foi pontuado o fato de muitos municípios não assumirem a devida responsabilidade sobre suas crianças/adolescentes e visualizarem a instituição como espaço para encaminhá-las. “A gente sente como se alguns municípios jogassem os meninos

aqui e tchau, o que complica mais ainda são meninos que deveriam estar em outros espaços, caso dos ameaçados de morte e usuários de drogas”.

Ao recorrermos à legislação vigente a respeito da omissão de certos municípios no que concerne à devida assistência às suas crianças/adolescentes, observamos que ao adotar a doutrina da proteção integral da infância e da juventude, o Estatuto da Criança e do Adolescente estabelece que compete ao Poder Público empreender os meios necessários para a priorização dos direitos fundamentais infantojuvenis. Assim, em seu artigo 88, I, o ECA estabelece a municipalização do atendimento, de acordo com a determinação presente no artigo 227, § 7º, da Constituição Federal. Sobre a municipalização, Maciel (2014, p.71) esclarece que:

A municipalização, seja na formulação de políticas locais, por meio do CMDCA, seja solucionando seus conflitos mais simples e resguardando diretamente os direitos fundamentais infantojuvenis, por sua própria gente, escolhida para integrar o Conselho Tutelar, seja por fim, pela rede de atendimento formada pelo Poder Público, agências sociais e ONGS, busca alcançar a eficiência e eficácia na prática da doutrina da proteção integral.

Contribuindo para este debate, Uliana (2017) ressalta que, tendo papel primordial na percepção das necessidades infantojuvenis e na aplicação da doutrina da proteção integral, a municipalização objetiva, sem prejuízo da responsabilidade solidária dos Estados e da União, facilitar o atendimento dos programas assistenciais voltados para as crianças e adolescentes.

Dando continuidade aos pontos trazidos durante as entrevistas, a falta de individualidade acarretada pela superlotação e pelas péssimas condições da casa de acolhimento obteve destaque entre os profissionais presentes.

Aqui o que chega por doação é de todos e isso gera muitos conflitos, não existe um espaço em que a identidade dos acolhidos é devidamente construída, uma noção de individualidade. O que mais me preocupa são os que estão prestes a completar dezoito anos que não tem a autonomia trabalhada. (Profissional da equipe técnica).

Contrariando, nitidamente, o que preconiza o Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária no que concerne ao reconhecimento de crianças e adolescentes como sujeitos de direito, os profissionais descreveram o ambiente do acolhimento como um espaço que não reconhece as singularidades dos sujeitos. “ Enquanto profissionais, nós precisamos de um espaço de cuidado, sermos ouvidos. Como criar espaços de fala para os meninos se não temos as devidas condições? ”. (Profissional da equipe técnica).

Prosseguindo com as discussões, uma profissional externou, sendo posteriormente acompanhada por seus colegas presentes; a contínua preocupação com o abandono do acolhimento por parte das crianças. “Infelizmente isso tem sido cada vez mais frequente, um perigo grande. Quando um acolhido foge a gente sai correndo atrás feito louco e tenta convencer a voltar, já que a gente não pode pegar pelo braço a força e colocar no carro”. (Profissional da equipe técnica).

Ainda sobre estes episódios, pontuaram as dificuldades para lidar com as adolescentes que abandonam o acolhimento para manter relações sexuais e voltam grávidas. “ Precisamos de ajuda do Judiciário e da Promotoria, não

temos autorização para dar um método contraceptivo para as meninas que com doze, treze anos já possuem vida sexual ativa”. (Profissional da equipe técnica).

Ao trazerem estas questões, os profissionais destacaram as dificuldades que os educadores sociais, (pessoas designadas para acompanhar os acolhidos no dia-a-dia), possuem em lidar com a complexidade presente em uma instituição de acolhimento. “ Os educadores também não suportam a tensão e saem direto, muitos estão lá sem o menor perfil já que a seleção é simplificada e não tem rigor para contratação dessas pessoas que ficarão o dia inteiro com os acolhidos”. (Profissional da equipe técnica).

Configurando-se como um profissional imprescindível para as crianças/adolescentes que encontram-se acolhidos, o educador social constitui-se não apenas numa figura de cuidado, como também de referência. Como bem exposto por Avoglia, Silva e Mattos (2012, p.273):

O educador social acompanha o dia-a-dia das crianças e adolescentes. É responsável pela saúde, alimentação, higiene, apoio escolar, pelo acompanhamento em programas externos, tais como escola, atividades culturais e esportivas, além de proporcionar brincadeiras que favoreçam a interação educador-criança. O tipo de relação estabelecida com os educadores desempenha papel central no desenvolvimento das crianças e dos adolescentes abrigados, à medida que serão os adultos que assumirão o papel de orientá-los e protegê-los, constituindo, nesse momento, os seus modelos identificatórios.

Cabe-nos pontuar que de acordo com o estabelecido pelo Serviço de Alta Complexidade do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), as instituições voltadas para o acolhimento de crianças/adolescentes devem proporcionar um ambiente similar ao de uma residência para que o impacto emocional acarretado pelo processo de acolhimento seja minimizado.

Esgotado o debate a respeito das questões trazidas pelos profissionais da equipe técnica da instituição de acolhimento, finalizamos o segundo encontro com o compromisso de trabalharmos na oficina seguinte as possíveis sugestões para as problemáticas abordadas.

## **PRIMEIRA PARTE DA TERCEIRA OFICINA**

Embora, inicialmente, o terceiro encontro, agendado para às 9h00min do dia 09/02/2022, tenha sido destinado para pensarmos em possíveis ações voltadas para as temáticas apontadas como potencializadoras de sofrimento acarretado pelo processo de acolhimento, os sete profissionais presentes trouxeram novas problemáticas para a última oficina de dinâmica de grupo.

Segundo uma profissional, antes de refletirmos sobre possíveis sugestões, seria necessário abordar um episódio ocorrido no dia anterior, no qual foi agredida fisicamente e ameaçada de morte por duas acolhidas (uma criança com dez anos e uma adolescente com 13 anos) que tentavam sair da instituição de acolhimento. “Tudo começou porque elas se recusaram a ir para escola e se armaram com paus e pedras. Ao tentar evitar uma agressão a um educador, acabei levando tapas, mordidas e dedadas”. (Profissional da equipe técnica).

De acordo com outra profissional, eventos como os que foram acima narrados têm sido cada vez mais frequentes, tendo em vista que a superlotação propicia que estes episódios ocorram. Ademais, a presença de crianças e adolescentes sem perfil para o acolhimento, caso dos ameaçados

de morte e que possuem algum tipo de transtorno, potencializam atos de violência no espaço do acolhimento.

Eu queria entender como o Judiciário nos encaminha crianças e adolescentes sem nenhum perfil para o acolhimento. Às vezes os meninos chegam para nós por mal comportamento e outras vezes por envolvimento com drogas, o que coloca toda a casa em risco. Inclusive, já tentaram invadir a casa para pegar um adolescente envolvido com o tráfico de drogas. (Profissional da equipe técnica).

Contribuindo para essa questão, outro profissional pontuou a dificuldade em conter crianças/adolescentes em momentos de agressividade contra os funcionários e demais acolhidos. Segundo o referido, a certeza da impunidade e a falsa sensação de que tudo podem, tornam os atos de agressões ainda mais frequentes. “Alguns acolhidos sabem de todos os direitos, porém ignoram os deveres. No dia que a colega foi agredida e a polícia chegou, a primeira coisa que as acolhidas disseram foi que a colega bateu nelas sem ter batido. É sempre assim”. (Profissional da equipe técnica).

No decorrer desta discussão, uma profissional pontuou que a recusa em ir para escola, apresentada por alguns acolhidos adolescentes, deve-se ao fato de que os mesmos não querem utilizar o material ofertado pelo Município ou Estado por considerá-los feios e diferentes dos demais colegas. “ Eles nem gostam de chegar no carro do abrigo. Uma acolhida disse que era chamada pelos demais da escola, inclusive por uma secretária, como a menina do abrigo, fato que a deixava muito aborrecida”. (Profissional da equipe técnica).

Ao nos voltarmos para a literatura especializada sobre a vivência dos acolhidos no ambiente escolar, Arpini (2003) destaca que:

A escola não está isenta de influências sociais, mas é perpassada pela matriz sóciohistórica, constituída por múltiplos discursos, inclusive o que significa a criança abrigada como a que “carrega algum problema em sua ‘bagagem’” distante do “aluno ideal”. (p. 72)

Sobre o ideal de aluno, (Buffa, Teixeira e Rossete-Ferreira, 2010, p.29) ressaltam que a “criança abrigada – marginalizada e fracassada, de acordo com o discurso hegemônico – não faz parte, sendo excluída e silenciada, dificultando ainda mais a negociação desse papel de fracasso atribuído pela sociedade”. Frente a este cenário, refletir sobre possíveis ações que propiciem a inclusão e a desconstrução do preconceito diante das crianças/adolescentes acolhidos no ambiente escolar tornam-se cada vez mais urgentes e imprescindíveis em nossa sociedade.

Dando prosseguimento à oficina, uma profissional externou a preocupação em retomarmos o debate a respeito da gravidez na adolescência e o avanço das ISTs (Infecções Sexualmente Transmissíveis). Segundo a referida, algumas adolescentes possuem o hábito de saírem da casa de acolhimento para manterem relações sexuais. “Já temos duas adolescentes que ficaram grávidas no acolhimento, o que nos preocupa demais. Infelizmente a gravidez no espaço do acolhimento não é algo raro”. (Profissional da equipe técnica).

Contribuindo com o tema trazido pela colega, outros profissionais pontuaram que devido ao contexto de vulnerabilidade e abandono no qual

muitas adolescentes se encontram, a gravidez para uma acolhida representa um evento para o qual não está preparada. “Além de não saberem, na maioria das vezes, quem são os pais, essas meninas têm que assumir os cuidados de uma criança sem nenhum suporte familiar, o que as leva a abandonar a escola e não estudar mais”. (Profissional da equipe técnica).

Para autores como a Professora Doutora do Departamento de Ginecologia e Obstetrícia da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, Marta Edna Holanda Yazlle (2006), a gravidez na adolescência vem sendo considerada por uma série de nações como um problema de saúde pública, tendo em vista acarretar não apenas complicações obstétricas para as mães, como também uma série de problemas de cunho econômicos e psicossociais.

Prosseguindo com os assuntos considerados essenciais para a presente oficina, uma profissional externou a preocupação sentida com a ausência do acompanhamento psicológico para crianças/adolescentes acolhidos, fato que propicia o surgimento de inúmeros conflitos e o processo de revitimização. Ademais, a referida destacou a dificuldade para agendamento de consultas com psicólogos junto à Secretaria de Saúde Municipal. “ Há uma fila de espera gigante, dificilmente nós conseguimos um agendamento”. (Profissional da equipe técnica).

Dispondo do apoio dos demais, a referida destacou a importância do cuidado voltado para a saúde mental em um espaço onde os acolhidos foram e continuam sendo submetidos a uma série de violações de direitos. “Nossos acolhidos vêm de um ambiente de muito sofrimento e precisam urgentemente de psicoterapia. Por não terem esse suporte, os atos de violência ficam cada vez mais frequentes”. (Profissional da equipe técnica).

Complementando a fala da colega, uma profissional destacou que a ausência de cuidados com a saúde mental dos acolhidos aliada a falta de preparo dos educadores sociais, torna o espaço do acolhimento muitas vezes hostil. Ademais, a referida ressaltou que embora haja cursos direcionados para os educadores sociais, a adesão é praticamente inexistente. De acordo com um profissional presente, o baixo salário faz com que estes profissionais busquem outro vínculo empregatício. (Profissional da equipe técnica).

Assim como nós, a gente sabe que eles ganham muito pouco e precisam ter outro vínculo para complementar a renda, o que impede de fazer cursos de capacitação. Além disso, tem aqueles que não estão nem ai e tem o trabalho no abrigo como um extra. (Profissional da equipe técnica).

Corroborando com o que foi trazido, uma profissional salientou que a inexistência de concurso público para as funções presentes no espaço do acolhimento consiste num problema gravíssimo, tendo em vista a precariedade das relações de trabalho acarretadas pelas seleções simplificadas. “Por entender o acolhimento como algo temporário, o Estado não tem interesse em fazer concurso. Com isso, acaba entrando gente sem nenhum perfil para a função”. (Profissional da equipe técnica).

Finalizando este momento inicial e externando indignação, os integrantes da equipe reiteraram o quanto a questão salarial interfere no trabalho desenvolvido dentro da instituição de acolhimento. Segundo um profissional,

além de serem submetidos a uma série de atribuições em meio a um espaço que não oferece as mínimas condições de trabalho, os baixos salários contribuem significativamente para a desmotivação e o cansaço. “Trabalhar aqui, por todas as razões trazidas, já é difícil e cansativo, imagina com um salário baixo que nos leva a buscar outros vínculos para pagar as contas”. (Profissional da equipe técnica).

Encerrada a discussão das problemáticas trazidas pelos integrantes da equipe técnica, passamos, por volta das 10h30min, a apresentar possíveis sugestões de intervenção

### **Segunda parte da terceira oficina e momento das sugestões.**

Após externarem as principais dificuldades vivenciadas no desempenho das suas funções, os profissionais passaram a dialogar a respeito das possíveis sugestões para as problemáticas que foram identificadas e conseqüentemente debatidas durante as entrevistas semi-estruturadas e as Oficinas de Dinâmica de Grupo.

Sendo um consenso entre os profissionais que participaram das entrevistas e Oficinas, a precariedade das instalações da instituição de acolhimento e a ausência de condições de trabalho receberam as primeiras sugestões de intervenção. De acordo com os presentes, uma audiência com o juiz da Vara Regional da Infância e da Juventude de Garanhuns – PE seria um passo imprescindível para o início de qualquer ação. Como exposto por uma profissional:

Esse momento aqui contigo já tem sido muito importante para a gente e se tivesse a presença do juiz da Vara seria melhor ainda. Quantas vezes

a gente quer falar, expor o que vivemos e sentimos para as autoridades competentes e não conseguimos. Para nós, conversar com o Judiciário é o primeiro grande passo para enfrentar tudo isso que estamos trazendo para esse espaço. (Profissional da equipe técnica).

Possuindo, dentre uma série de competências presentes no artigo 148 do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, a responsabilidade de supervisionar a instituição de acolhimento abordada durante esta pesquisa; a Vara Regional da Infância e da Juventude possui um papel central na garantia dos direitos de crianças/adolescentes acolhidos.

No que concerne ao preconceito vivenciado por crianças/adolescentes acolhidos no ambiente escolar, os profissionais sugeriram uma reunião com as Secretarias de Educação Municipal e Estadual sobre essa questão. Tendo participação essencial na implementação de ações inclusivas, a escola emerge como um importante parceiro na implementação de ações que contribuam para a desconstrução do preconceito e aceitação da diversidade.

Dando prosseguimento às sugestões, pensou-se na possibilidade de uma parceria junto ao Serviço de Atenção Psicológica da Universidade de Pernambuco – SAP para atendimento dos acolhidos, tendo em vista a inexistência de qualquer tipo de assistência no campo da saúde mental para os mesmos. De acordo com a equipe, tal suporte ajudaria a minimizar o sofrimento acarretado pelo processo de acolhimento e atos de agressividade.

Na ocasião, os profissionais presentes propuseram também, uma reunião, sob a supervisão da Vara Regional da Infância e da Juventude e do

Ministério Público de Pernambuco, com as Secretarias de saúde Municipal e Estadual, a respeito da ausência cada vez mais frequente das medicações utilizadas pelos acolhidos e da inexistência do acompanhamento psicológico.

Com relação à temática envolvendo a gravidez na adolescência, pensou-se em convidar um profissional que possua facilidade para trabalhar com os jovens essa questão, bem como assuntos relacionados às discussões de gênero e sexualidade. Embora a equipe trabalhe estes assuntos, houve o consenso de que um momento com um profissional externo poderia trazer inúmeros benefícios para os acolhidos. Como apontado por um integrante da equipe. “Alguém de fora com experiência no trato com adolescentes poderia nos ajudar muito a trabalhar essas questões”. (Profissional da equipe técnica).

Gerando uma série de repercussões psicossociais, a gravidez na adolescência não apenas prejudica o desempenho escolar das acolhidas, na grande maioria das vezes já deficitário, como impossibilita a qualificação profissional e conseqüente inserção no mercado de trabalho. Ademais, estratégias de prevenção às ISTs devem-se fazer presentes no espaço voltado para o acolhimento de adolescentes.

Diante destas questões, o nome do Professor Doutor João Ricard Pereira da Silva, docente da Universidade de Pernambuco, foi citado como um possível profissional a ser convidado. Cabe destacar que o professor Doutor João Ricard possui uma série de estudos dedicados as várias intervenções clínicas e sociais voltadas para a saúde mental e os laços familiares, as formações de sintomas sociais nas discussões de gênero, bem como as interrogações do sujeito frente a sexualidade.

Com base no que foi apresentado, notou-se que no decorrer das Oficinas de Dinâmica de Grupo, a equipe foi capaz de refletir, debater e apresentar algumas sugestões de enfrentamento para as problemáticas evidenciadas. Permitindo-se analisar o espaço do acolhimento em toda a sua complexidade, os profissionais relataram que foram capazes de olhar para o próprio trabalho e se questionar sobre o que poderia ser melhorado dentro das suas possibilidades.

Cabe-nos pontuar que as questões trazidas pelos profissionais foram devidamente abordadas durante a realização das oficinas, cabendo ao psicólogo, pesquisador desta pesquisa, acolher as angústias externadas pelos presentes e refletir com os mesmos sobre possíveis propostas de intervenção. Em suma, pode-se perceber que a proposta de oficina de dinâmica de grupo acarretou uma série de contribuições para a construção de um espaço de acolhimento que de fato seja capaz de acolher e cuidar das crianças e adolescentes que tanto necessita.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Abordar o processo de acolhimento institucional de crianças e adolescentes brasileiros consiste num enorme desafio. A aparente invisibilidade social com a qual essa questão tem sido tratada e as contínuas violações de direitos, mesmo com uma legislação que encontra-se direcionada para a proteção desse grupo populacional tão vulnerável, nos fazem questionar se os espaços destinados à proteção de fato protegem.

Retirados, provisoriamente ou até mesmo permanentemente, das suas famílias de origem devido ao contexto de vulnerabilidade social no qual se encontravam, milhares de crianças e adolescentes brasileiros continuam sofrendo em espaços que não apenas os ignoram como sujeitos de direitos em desenvolvimento, como também os submetem a novos abusos.

Ao nos aproximarmos, através das entrevistas semi-estruturadas e principalmente das oficinas de dinâmica de grupo, dos integrantes da equipe técnica de uma instituição de acolhimento institucional de crianças e adolescentes situada no Agreste de Pernambuco, tivemos a oportunidade de adentrar em um universo desconhecido por muitos e que arraiga consigo inúmeras particularidades e dificuldades.

Colocando os profissionais, continuamente, diante de uma série de situações complexas, a instituição de acolhimento abordada tem sido um retrato das consequências acarretadas pela fragilidade de uma política efetiva de proteção, política esta, incapaz de ofertar o mínimo de assistência às crianças e adolescentes acolhidos.

Precariedade das instalações, péssimas condições de trabalho, superlotação, falta de materiais básicos para o trabalho, escassez de medicamentos, distância do local de origem dos acolhidos, ausência da municipalização do atendimento, gravidez na adolescência, avanços das ISTs, falta de qualificação dos educadores sociais e inexistência de acompanhamento psicológico para os acolhidos; contribuem para a construção de um espaço de acolhimento precário e muitas vezes hostil.

Lançando um olhar sobre todas essas questões e facilitando a criação de um ambiente confiável em que os profissionais puderam externar o que estavam vivenciando e as possíveis sugestões para as problemáticas que potencializam o sofrimento no espaço do acolhimento, conseguimos dar um primeiro passo para a garantia dos direitos básicos daqueles que encontram-se acolhidos.

Assim, ao constatarmos que o acolhimento institucional consiste num processo de sofrimento que pode ser intensificado pelas próprias instituições de acolhimento, teoricamente construídas e destinados para o cuidado,

percebemos a urgente necessidade da ampliação de ações que possibilitem trazer para o debate público a questão infantojuvenil, principalmente dos que necessitaram em algum momento das suas vidas serem retirados do convívio familiar.

#### **CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA:**

CGS - Contribuiu com a metodologia e a construção da pesquisa.

TRLG - Contribuiu com a formatação do projeto e orientação sobre apresentação das informações descritas e coletadas ao longo da pesquisa.

JRPS - Contribuiu com a orientação e supervisão para execução da pesquisa.

#### **CONFLITO DE INTERESSE:**

Ao longo da pesquisa, nosso maior conflito foi ter nos deparado com um campo de atuação com desafios nítidos para a execução do trabalho dos profissionais no que diz respeito ao espaço e a infraestrutura ofertada.

#### **DISPONIBILIDADE DE DADOS DA PESQUISA:**

Todos os dados relevantes estão dentro do manuscrito e em seus arquivos de material suplementar:

Os participantes da pesquisa assinaram por livre e espontânea vontade o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Também junto ao artigo estão anexadas as documentações: Autorização para Pesquisa Envolvendo Seres Humanos devidamente assinada e autorizada. Termo de Confidencialidade assinado pelos autores. Declaração do Comitê de Ética, também autorizando a elaboração da pesquisa com os participantes. E, Carta de Anuência assinada pelo juiz da vara da infância e adolescência autorizando a execução do projeto.

#### **ORCID<sup>s</sup> DOS AUTORES:**

Me. Charles Gomes Soares  
<https://orcid.org/0000-0001-7980-9803>

Esp. Thaíse Rocha Leandro Gurgel  
<https://orcid.org/0009-0002-9986-8178>

Dr. João Ricard Pereira da Silva  
<https://orcid.org/0009-0008-7799-8629>

## REFERÊNCIAS

Abade, F. L.; LIMA, Y. (2009). A oficina de intervenção psicossocial como estratégia de formação e articulação no trabalho com educadoras no contexto da pesquisa-ação. XIII Colóquio Internacional de Psicossociologia e Sociologia Clínica, Belo Horizonte.

Afonso, M. L. (2006). Oficinas em Dinâmica de Grupo: um método de intervenção psicossocial. São Paulo: Casa do Psicólogo.

Arpini, D. M. (2003). Repensando a perspectiva institucional e a intervenção em abrigos para crianças e adolescentes. *Revista Psicologia Ciência e Profissão*, Brasília, 21 (3), 70-75.

<https://doi.org/10.1590/S1414-98932003000100010>.

Avoglia, H. R.C, Silva, Andreia. M, Mattos, P. M. (2012). Educador social: Imagem e relações com crianças em situação de acolhimento institucional. *Revista Mal Estar e Subjetividade*, 12(1-2), 265-292.

Bardin, L. (2011). Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70.

Brasil (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília: Senado Federal.

Brasil. (1990). Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente. Brasília: Diário Oficial da União.

BRASIL. Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS – NOB-RH/SUAS. (2006). Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Brasília, DF.

Buffa, C. G., de Pauli Teixeira, S. C., & Rossetti-Ferreira, M. C. (2010). Vivências de exclusão em crianças abrigadas [Experiences of exclusion in children in institutions]. *Psicologia: Teoria e Prática*, 12(2), 17–34.

Franco, M.L.P.B. (2005) *Análise do Conteúdo*. Brasília: Liber Livro Editora.

Freitas, H. M. R., Cunha, M. V. M., Jr., Moscarola, J. (1997). Aplicação de sistemas de software para auxílio na análise de conteúdo. *Revista de Administração da USP*, 32, (3), 97-109.

Godoy, A. S. (1995). Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. *Revista de administração de empresas*, 35(4), 65-71.

<https://doi.org/10.1590/S0034-75901995000300004>.

Maciel, K. R. F. L. A. (2014). (Coordenação). *Curso de direito da criança e do adolescente: aspectos teóricos e práticos*. 7. Ed. Rev. E atual. São Paulo: Saraiva.

Minayo, M. C. S. (2001). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Rio de Janeiro: Vozes.

Triviños, A. N.S. (2008). *Introdução à pesquisa em ciências sociais: A pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas.

Uliana, M. L. (2017). ECA. Princípios orientadores dos direitos da criança e do adolescente. 2017. <https://mlu25.jusbrasil.com.br/artigos/450052432/eca-principiosorientadores-dos-direitos-da-crianca-e-do-adolescente>.

Yazlle, M. E. H. D. Gravidez na adolescência. *Revista Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia [online]*. 2006, 28 (8), 443-445. <https://doi.org/10.1590/S0100-72032006000800001>.

## TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

(Elaborado de acordo com a Resolução 466/2012-CNS/MS)

Convidamos o Sr. (a) para participar como voluntário (a) da pesquisa **O olhar da saúde mental para instituições de acolhimento infantojuvenil: intervenções em unidade do agreste de Pernambuco**, que está sob a responsabilidade do pesquisador principal Charles Gomes Soares, o orientador João Ricard Pereira da Silva.

**JUSTIFICATIVA DOS OBJETIVOS:** Analisar, juntamente com a equipe técnica da Casa de Acolhimento Estadual, como a ausência do olhar para a saúde mental em uma instituição de acolhimento infantojuvenil interfere no processo de revitimização e no surgimento de novos abusos.

**METODOLOGIA:** Para a realização dessa pesquisa, serão utilizadas a análise bibliográfica a respeito do processo de acolhimento de crianças e adolescentes no Brasil, a entrevista semiestruturada, três oficinas reflexivas com a equipe técnica da instituição de acolhimento e diário de campo.

**RISCOS:** Estima-se que os riscos que envolvem sua participação são mínimos, entre eles estão os desconfortos psicológicos estimulados pelos temas abordados na entrevista semiestruturada e oficinas. Para minimizar esses riscos, serão utilizadas as seguintes medidas: Se evitará colocar nomes no material para que não seja possível identificar os participantes da pesquisa; você poderá interromper sua participação na pesquisa a qualquer momento, se assim o desejar ou se houver incomodo, desconforto, cansaço, constrangimento ou inconveniência e ressaltam-se como medidas protetivas ao contágio pelo Coronavírus (SARS-CoV-2) que será mantido o distanciamento, uso de máscara N-95, bem como a higienização contínua das mãos durante a entrevista e oficinas.

**BENEFÍCIOS:** Espera-se que essa pesquisa possibilite a reflexão a respeito das problemáticas vivenciadas por crianças/adolescentes acolhidos junto ao CEAC-Garanhuns, bem como desenvolver estratégias que possibilitem minimizar o processo de revitimização e o surgimento de novos abusos. Ademais, pretende-se dar visibilidade aos acolhidos e criar estratégias que possibilitem que suas vozes, tantas vezes suprimidas pela institucionalização, sejam ouvidas. Todas as informações desta pesquisa serão confidenciais e serão divulgadas apenas em eventos ou publicações científicas, não havendo identificação dos voluntários, a não ser entre os responsáveis pelo estudo, sendo assegurado o sigilo sobre a sua participação. Os dados coletados nesta pesquisa serão armazenados em pastas de arquivo, computador pessoal protegido por senha, sob a responsabilidade do pesquisador principal, pelo período de 5 anos. Após, esse período o material será completamente destruído, de forma que não seja possível a leitura ou visualização. Nada lhe será pago ou cobrado para participar desta pesquisa, pois a aceitação é voluntária. Será assegurado total acesso aos resultados da pesquisa. Fica também garantida a busca indenização em casos de danos, comprovadamente decorrentes da participação na pesquisa, conforme decisão judicial ou extrajudicial. Se houver necessidade, as despesas para a sua participação serão assumidas pelos pesquisadores.

**Dúvidas e Esclarecimentos:**

**Charles Gomes Soares (Pesquisador principal)**

Endereço: na Rua Padre Agobar Valença, nº 441, Apartamento 102, Severiano Moraes Filho, Garanhuns - PE, CEP: 55299-387.

E-mail: [charlesgomes@hotmail.com](mailto:charlesgomes@hotmail.com). Telefone: (87) 9 9676-2952.

**João Ricard Pereira da Silva (orientador)**

Endereço: Rua Capitão Pedro Rodrigues, 105, São José – Garanhuns – PE 55294-902,

E-mail: [joaoricard@yahoo.com.br](mailto:joaoricard@yahoo.com.br). Telefone: (81)999767918.

Apenas quando todos os esclarecimentos forem dados e você concorde com a realização do estudo, pedimos que rubrique e assine as páginas ao final deste documento que está em duas vias. Uma via lhe será entregue e a outra ficará com o pesquisador. Você estará livre para decidir participar ou recusar-se. Caso não aceite participar, não haverá nenhum problema, desistir é um direito seu, bem como será possível retirar o consentimento em qualquer fase da pesquisa, também sem nenhuma penalidade.

Em caso de dúvidas relacionadas aos aspectos éticos deste estudo, você poderá consultar o Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos da Universidade de Pernambuco CEP Multicampi Garanhuns localizado no endereço Rua Capitão Pedro Rodrigues nº 105, São José - Garanhuns-PE - CEP: 55.294-902, telefone (87) 3761-8210 ou através do e-mail: [CEP.multicampi@upe.br](mailto:CEP.multicampi@upe.br)

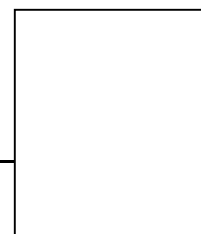
---

Assinatura do pesquisador

**CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO VOLUNTÁRIA**

Eu, \_\_\_\_\_, após a leitura (ou a escuta da leitura) deste documento e de ter tido a oportunidade de esclarecer minhas dúvidas com o pesquisador, concordo em participar da pesquisa sobre **O olhar as saúde mental para instituições de acolhimento infantojuvenil: intervenções em unidade do agreste de Pernambuco**, como voluntário(a) bem como autorizo o acesso ao meus dados, a divulgação e a publicação de toda informação por mim transmitida, exceto dados pessoais, em publicações e eventos de caráter científico. Foi-me garantido que posso retirar o meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade (ou interrupção de meu acompanhamento/ assistência/tratamento). Desta forma, assino este termo, juntamente com o pesquisador, em duas vias de igual teor, ficando uma via sob meu poder e outra em poder dos pesquisadores.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_



FOLHA DE ROSTO PARA PESQUISA ENVOLVENDO SERES HUMANOS

1. Projeto de Pesquisa:  
O OLHAR DA SAÚDE MENTAL PARA INSTITUIÇÕES DE ACOLHIMENTO INFANTOJUVENIL: INTERVENÇÕES EM UNIDADE DO AGRESTE DE PERNAMBUCO

2. Número de Participantes da Pesquisa: 13

3. Área Temática:

4. Área do Conhecimento:  
Grande Área 7. Ciências Humanas

**PESQUISADOR RESPONSÁVEL**

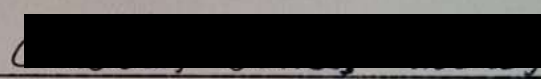
5. Nome:  
CHARLES GOMES SOARES

6. CPF: 071.545.454-45      7. Endereço (Rua, n.º): JOSERVAL VICENTE DA SILVA BOA VISTA GARANHUNS PERNAMBUCO 55292780

8. Nacionalidade: BRASILEIRO      9. Telefone: 87991464444      10. Outro Telefone:      11. Email: charlesgomess@hotmail.com

Termo de Compromisso: Declaro que conheço e cumprirei os requisitos da Resolução CNS 466/12 e suas complementares. Comprometo-me a utilizar os materiais e dados coletados exclusivamente para os fins previstos no protocolo e a publicar os resultados sejam eles favoráveis ou não. Aceito as responsabilidades pela condução científica do projeto acima. Tenho ciência que essa folha será anexada ao projeto devidamente assinada por todos os responsáveis e fará parte integrante da documentação do mesmo.

Data: 29 / 10 / 2021

  
Assinatura

**INSTITUIÇÃO PROPONENTE**

12. Nome: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE      13. CNPJ: 11.022.597/0007-87      14. Unidade/Órgão:

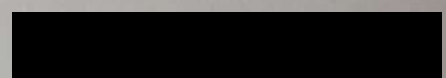
15. Telefone: (87) 3761-1343      16. Outro Telefone:

Termo de Compromisso (do responsável pela instituição): Declaro que conheço e cumprirei os requisitos da Resolução CNS 466/12 e suas Complementares e como esta instituição tem condições para o desenvolvimento deste projeto, autorizo sua execução.

Responsável: Rosângela Estevão Alves Falcão      CPF: 431.493.834-04

Cargo/Função: Diretora

Data: 29 / 10 / 2021

  
Profa. Dra. Rosângela Estevão Alves Falcão  
Diretora da UPE-Multicampi- Garanhuns  
Assinatura

**PATROCINADOR PRINCIPAL**

Não se aplica.

## TERMO DE CONFIDENCIALIDADE

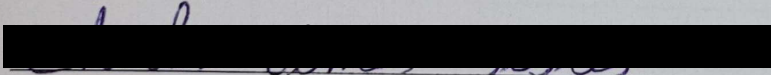
(ELABORADO DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO NO 466/2012 – CNS/MS)

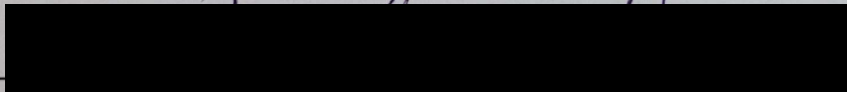
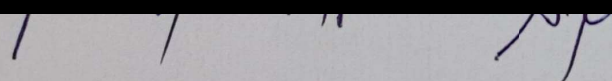
Eu, Charles Gomes Soares, pesquisador responsável pelo Projeto O olhar da saúde mental para instituições de acolhimento infantojuvenil: intervenções em unidade do agreste de Pernambuco, orientador Prof. Dr. João Ricard Pereira da Silva, estabelecemos prover procedimentos que assegurem a confidencialidade e a privacidade, a proteção da imagem e a não estigmatização dos participantes da pesquisa, garantindo a não utilização das informações em prejuízo das pessoas e/ou das comunidades, inclusive em termos de autoestima, de prestígio e/ou de aspectos econômico-financeiros e que o acesso a estes dados ou em outra base de dados será utilizado somente para o projeto ao qual está vinculado.

Garanhuns, 28 de setembro de 2021

---

Charles Gomes Soares

  
\_\_\_\_\_  
João Ricard Pereira da Silva

  
\_\_\_\_\_  




**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
Vara Regional da Infância e Juventude da Comarca de Garanhuns  
Fórum Ministro Eraldo Gueiros Leite  
Av. Rui Barbosa, 479, Heliópolis – CEP nº. 55295-530  
Telefone: (87) 3764.9115 – e-mail: [vrij.garanhuns@tjpe.jus.br](mailto:vrij.garanhuns@tjpe.jus.br)  
**CNPJ 11.431.327/0001-34**

## CARTA DE ANUÊNCIA

Declaro estar ciente da realização da pesquisa “**O olhar da saúde mental para instituições de acolhimento infantojuvenil: intervenções em unidade do agreste de Pernambuco**”, desenvolvida pelo estudante Charles Gomes Soares do Programa de Mestrado Profissional em Psicologia: Práticas e Inovação em Saúde Mental da Universidade de Pernambuco – UPE, sob orientação do **Prof. Dr. João Ricard Pereira da Silva**, no Centro de Acolhimento a Criança e Adolescente – CEAC Garanhuns. Deverá sua execução cumprir os requisitos da Res. CNS 466/12 e 510/16, comprometendo-se a utilizar os materiais e dados coletados exclusivamente para fins de pesquisa. Declaro, ainda, estar ciente da realização do referido projeto, dos seus objetivos, métodos, técnicas e materiais que serão utilizados nesta pesquisa. O pesquisador se compromete a enviar para a instituição o resultado da pesquisa, bem como divulgar para os integrantes da equipe técnica os resultados através de palestras expositivas.

Garanhuns-PE, 29 de outubro de 2021.

MAURICIO SANTOS GUSMAO JUNIOR:1790595  
Assinado de forma digital por MAURICIO SANTOS GUSMAO JUNIOR:1790595  
Dados: 2021.10.29 11:38:35 -03'00'

Juiz de Direito da Vara Regional da Infância e Juventude de Garanhuns-PE

Secretaria de  
Desenvolvimento  
Social, Criança  
e Juventude




GOVERNO DO ESTADO  
**PERNAMBUCO**  
MAIS TRABALHE, MAIS VIVER

Secretaria Executiva de Assistência Social  
Gerência de Proteção Social Especial de Alta Complexidade

## CARTA DE ANUÊNCIA

Declaro estar ciente da realização da pesquisa “**O olhar da saúde mental para instituições de acolhimento infantojuvenil: intervenções em unidade do agreste de Pernambuco**”, desenvolvida pelo estudante Charles Gomes Soares do Programa de Mestrado Profissional em Psicologia: Práticas e Inovação em Saúde Mental da Universidade de Pernambuco – UPE, sob orientação do **Prof. Dr. João Ricard Pereira da Silva**, nas dependências do Centro de Acolhimento a Criança e Adolescente – CEAC Garanhuns. Sendo assim, autorizo sua execução desde que a mesma cumpra com os requisitos da Res. CNS 466/12 e 510/16, comprometendo-se a utilizar os materiais e dados coletados exclusivamente para fins de pesquisa. Concedo autorização para realização do referido projeto ciente dos objetivos, métodos, técnicas e materiais que serão utilizados nesta pesquisa. O pesquisador se compromete a enviar para a instituição o resultado da pesquisa, bem como divulgar para os integrantes da equipe técnica os resultados através de palestras expositivas.

Recife, 27 de outubro de 2021.

  
**Viviane Wanderley Cavalcanti Santos**

Matrícula: 389.607-2

Gerente de Proteção Social Especial de Alta Complexidade  
Secretaria Executiva de Assistência Social

Viviane Wanderley Cavalcanti Santos

Gerente de Proteção Social Especial de Alta Complexidade

Mat. 389.607-2

GEPEC/SEASS/SDSC

Rua Gervásio Pires, 399, Boa Vista, Recife/PE. CEP: 50050-070.

Telefones: (81) 3183-0726 / 3183-0760

Email: [gepac@sdscj.pe.gov.br](mailto:gepac@sdscj.pe.gov.br)

CNPJ: 08.642.138/0001-04



MULTICAMPI GARANHUNS DA  
UNIVERSIDADE DE  
PERNAMBUCO - UPE



## PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

### DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

**Título da Pesquisa:** O OLHAR DA SAÚDE MENTAL PARA INSTITUIÇÕES DE ACOlhIMENTO INFANTOJUVENIL: INTERVENÇÕES EM UNIDADE DO AGRESTE DE

**Pesquisador:** CHARLES GOMES SOARES

**Área Temática:**

**Versão:** 2

**CAAE:** 53393421.0.0000.0128

**Instituição Proponente:** FUNDACAO UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

### DADOS DA NOTIFICAÇÃO

**Tipo de Notificação:** Envio de Relatório Final

**Detalhe:**

**Justificativa:** Após a aprovação junto ao Comitê de ética, iniciamos de imediato a coleta dos

**Data do Envio:** 18/06/2022

**Situação da Notificação:** Parecer Consubstanciado Emitido

### DADOS DO PARECER

**Número do Parecer:** 5.503.261

#### **Apresentação da Notificação:**

A presente notificação refere-se a envio de relatório final da pesquisa.

#### **Objetivo da Notificação:**

A notificação objetiva concluir a pesquisa autorizada pelo Comitê de Ética, demonstrando que ela ocorreu e que já possui resultados, em relação a análise dos dados coletados. Informa ainda que houve a alteração do cronograma, pois a pesquisa se realizou em prazo mais rápido do que o anteriormente previsto.

#### **Avaliação dos Riscos e Benefícios:**

**RISCOS:** Estima-se que os riscos que envolvem sua participação são mínimos, entre eles estão os desconfortos psicológicos estimulados pelos temas abordados na entrevista semiestruturada e oficinas. Para minimizar esses riscos, serão utilizadas as seguintes medidas: Se evitará colocar

**Endereço:** Rua Capitão Pedro Rodrigues, São José - Térreo Sala 03

**Bairro:** MAGANO

**CEP:** 55.294-902

**UF:** PE

**Município:** GARANHUNS

**Telefone:** (87)98859-0493

**E-mail:** cep.multicampi@upe.br



## MULTICAMPI GARANHUNS DA UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO - UPE



Continuação do Parecer: 5.503.261

nomes no material para que não seja possível identificar os participantes da pesquisa; você poderá interromper sua participação na pesquisa a qualquer momento, se assim o desejar ou se houver incomodo, desconforto, cansaço, constrangimento ou inconveniência e ressaltam-se como medidas protetivas ao contágio pelo Coronavírus (SARS-CoV-2) que será mantido o distanciamento, uso de máscara, bem como a higienização contínua das mãos durante as entrevistas e oficinas.

**BENEFÍCIOS:** Espera-se que essa pesquisa possibilite a reflexão a respeito das problemáticas vivenciadas por crianças/adolescentes acolhidos junto à instituição de acolhimento infantojuvenil situada no Agreste de Pernambuco, bem como desenvolver estratégias que possibilitem minimizar o processo de revitimização e o surgimento de novos abusos. Ademais, pretende-se dar visibilidade aos acolhidos e criar estratégias que possibilitem que suas vozes, tantas vezes suprimidas pela institucionalização, sejam ouvidas.

### **Comentários e Considerações sobre a Notificação:**

O relatório é bastante sucinto e objetivo e trata sobre a realização de uma pesquisa que teve entrevistas semiestruturadas em ambiente de acolhimento infanto-juvenil na cidade de Garanhuns, com profissionais que lidam com essas crianças e adolescentes. Apresenta algumas conclusões sobre a precariedade desse acolhimento e sobre como esse pode agravar a situação de danos sofrido pelos acolhidos. Relata a precariedade das condições de trabalho e descreve que foram realizadas três oficinas com os funcionários da instituição, mas que nem todos participaram de todas as oficinas, devido à férias ou devido a questões de saúde de alguns funcionários. O relatório se encontra devidamente preenchido.

### **Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

O relatório final foi entregue em definitivo, inexistindo relatório parcial.

### **Recomendações:**

Não há recomendações.

### **Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

O relatório foi apresentado dentro do modelo exigido pela UPE, não existindo pendências ou inadequações.

### **Considerações Finais a critério do CEP:**

De acordo com as exigências da Resolução CNS nº466 de 2012 e da Norma Operacional nº 001 de

**Endereço:** Rua Capitão Pedro Rodrigues, São José - Térreo Sala 03

**Bairro:** MAGANO

**CEP:** 55.294-902

**UF:** PE

**Município:** GARANHUNS

**Telefone:** (87)98859-0493

**E-mail:** cep.multicampi@upe.br



MULTICAMPI GARANHUNS DA  
UNIVERSIDADE DE  
PERNAMBUCO - UPE



Continuação do Parecer: 5.503.261

2013 do

CNS, o CEP MULTICAMPI GARANHUNS/UPE manifesta-se pela APROVAÇÃO do relatório final.

**Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:**

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Envio de Relatório Final	Relatoriofinal.pdf	18/06/2022 15:18:53	CHARLES GOMES SOARES	Postado

**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

GARANHUNS, 01 de Julho de 2022

---

**Assinado por:**  
**Rita di Cássia de Oliveira Angelo**  
**(Coordenador(a))**

**Endereço:** Rua Capitão Pedro Rodrigues, São José - Térreo Sala 03

**Bairro:** MAGANO

**CEP:** 55.294-902

**UF:** PE

**Município:** GARANHUNS

**Telefone:** (87)98859-0493

**E-mail:** cep.multicampi@upe.br

## Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.